

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Trabalho 150 - 1/3

REINSERÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE
DESINSTITUCIONALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE TEÓRICA NO CAMPO DA
SAÚDE MENTAL**RABELO, Kamylla Paulla Saldanha**¹JORGE, Maria Salete Bessa²PAULINO, Monnyck Hellen Couto³LAVOR, Ianny Alcântara Martins⁴SILVEIRA, Hyvinna Suellen de Oliveira⁵FROTA, Bruno Cavalcante⁶

INTRODUÇÃO: A Reforma Psiquiátrica surge como forma de garantir a cidadania e a assistência ao doente mental, estabelecendo os vínculos e as interações destes com a sociedade. A desinstitucionalização em saúde mental preconiza a partir de suas diretrizes a diminuição da oferta de leitos hospitalares, a criação de serviços substitutivos de atenção psicossocial e principalmente, nas práticas terapêuticas emancipadoras. **OBJETIVO:** Analisar a produção do conhecimento sobre o processo de desinstitucionalização tomando como parâmetros, a reinserção social, os serviços terapêuticos e os sujeitos envolvidos nesse contexto. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e de caráter exploratório. A revisão sistemática foi feita no banco de dados do SCIELO com os descritores desinstitucionalização e saúde mental. O levantamento ocorreu entre março e abril de 2009 sendo selecionados encontrados 18 artigos na análise e discussão dos resultados. A análise dos dados pautou-se nos pressupostos da análise de conteúdo. **RESULTADOS:** O estudo demonstrou que em relação à Reforma Psiquiátrica e o processo de

¹ Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Educação em Saúde e Sociedade (GRUPESS). Bolsista PROVIC. Endereço eletrônico do relator: kprabelo@hotmail.com

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem (USP). Professora Titular da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenadora do Doutorado em Saúde Coletiva AA IES UECE/UFC e do Mestrado em Saúde Pública da UECE. Pesquisadora CNPq.

³ Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da UECE. Bolsista PROVIC. Membro do GRUPESS.

⁴ Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da UECE. Bolsista PROVIC. Membro do GRUPESS.

⁵ Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da UECE. Bolsista FUNCAP. Membro do GRUPESS.

⁶ Aluno do Curso de Graduação em Enfermagem da UECE. Bolsista CNPq. Membro do GRUPESS.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Iracema Gardã

**Trabalho 150 - 2/3**

reinserção social, a atual política de atenção à saúde mental trabalha em torno das diretrizes reformistas em defesa de um projeto voltado para a inclusão e emancipação dos usuários, uma vez que se baseia em princípios de liberdade, igualdade e construção de um espaço social mais justo e não-estigmatizado. Dessa forma, a desinstitucionalização se faz presente nesse processo, propondo a redução/eliminação de leitos em hospitais psiquiátricos e a oferta de novas práticas transversalizadas pela subjetividade e singularidade dos sujeitos envolvidos no processo. É fato que a reinserção social do portador de transtorno mental é um processo longo, gradativo e dinâmico, pois implica numa revisão de estigmas sociais estabelecidos, no resgate da cidadania e na retomada do interesse pela vida, aliados ao tratamento clínico. A inclusão social é um determinante da reabilitação psicossocial e pressupõe a recuperação das perdas e a criação e/ou fortalecimento de uma rede de apoio, sendo de fundamental importância a participação ativa do usuário. Desse modo, os dispositivos da reforma psiquiátrica devem permear todo o cotidiano psicossocial considerando os limites e desafios da transformação social dos espaços terapêuticos. Portanto, urge o debate constante sobre a desinstitucionalização como diretriz e sua articulação com a prática psicossocial envolvida com os trabalhadores de saúde, usuários e comunidade na construção dos projetos terapêuticos voltados para a conquista do respeito em relação ao ser humano e autonomia do mesmo. Em relação aos serviços substitutivos, a conjuntura brasileira vem consolidando a construção de uma rede de atenção em Saúde Mental que incorpora a inclusão dos portadores de transtornos mentais na sociedade, possibilitando mecanismos para construção da cidadania a cada momento. A assistência em saúde mental, como a extinção gradativa dos hospitais psiquiátricos, pressupõe existência dos serviços comunitários e substitutivos à lógica excludente e manicomial. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) apresentam uma oferta de serviços múltiplos voltados para a reprodução social dos sujeitos atendidos, com manutenção de atenção diária (sem confinamento), através da assistência multiprofissional, comportando a extensão de atividades laborais, culturais e solidárias (MOREIRA e ANDRADE, 2007). Portanto, os CAPS podem ser considerados uma modalidade de serviço avançada no sentido da desconstrução da loucura, apostando na convivência urbana dos “loucos” como cidadãos na

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Guardiã

Trabalho 150 - 3/3

busca de concretizar a efetiva substituição dos manicômios e a liberdade de ex-
internos, objetivando a ruptura do isolamento social (AMORIM; DIMENSTEIN,
2009). Neste sentido, torna-se importante a ressignificação dos sujeitos no campo
da saúde mental, já que trabalho efetivo e contínuo da equipe multidisciplinar
aliado ao apoio da instituição familiar desempenha um papel essencial ao
tratamento e a evidenciação do paciente em seu próprio projeto terapêutico. O
trabalhador de saúde mental precisa estar permeável a novas relações, diálogos e
encontros comprometidos com a resolutividade da atenção à saúde. A
organização dos serviços, o treinamento da equipe e as intervenções voltadas
para a inserção social, representam importantes estratégias na modificação do
contexto vivido pelos usuários. Muitas vezes, a família se encontra desestruturada
emocionalmente, saturada de cuidar de pacientes com problemas mentais, sem
orientações de como prosseguir com o tratamento do seu membro em processo
de recuperação, e, principalmente, sem a consciência do seu poderoso papel
transformador e restaurador. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir do referencial
teórico, demonstra-se que é possível a implementação da desinstitucionalização,
por meio de avanços e conquistas políticas no âmbito da saúde mental. Por outro
lado, ainda são identificados inúmeros desafios, dentre eles, a efetiva
emancipação do portador de transtorno mental e a ampliação do seu poder de
trocas como garantia de direitos que possa realmente se concretizar no cotidiano
das práticas dos serviços de saúde mental.

BIBLIOGRAFIA: AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; DIMENSTEIN, Magda
Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do
serviço residencial terapêutico. **Ciênc. saúde coletiva**, Fev 2009, vol.14, no.1,
p.195-204. MOREIRA, Maria Inês Badaró; ANDRADE, Ângela Nobre de. Habitar a
cidade: análise de serviços residenciais terapêuticos. **Psicol. Soc.**, dez 2007,
v.19, n.3, p.46-54.

DESCRITORES: Desinstitucionalização, Saúde mental, Serviços de Saúde Mental.